

**UNIDADE OPERACIONAL  
DE INTERVENÇÃO  
EM COMPORTAMENTOS  
ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS**



## CIGARROS ELETRÓNICOS “NOVAS MODAS NOVOS RISCOS”



Nos últimos tempos muito se tem falado e escrito acerca dos cigarros eletrónicos. Diversos argumentos contra e a favor do seu uso têm sido debatidos. Mas a verdade, é que a utilização do cigarro

electrónico não é inócua, e acarreta muitos riscos para a saúde.

- O que é o cigarro electrónico?

O cigarro electrónico é um aparelho mecânico - electrónico que aparenta ser um cigarro, deita vapor que simula o fumo de um cigarro, usa-se como um cigarro, mas não é um cigarro.

Foi desenvolvido e patenteado em 2003, na China. É constituído por um cartucho (onde se coloca a solução líquida), um vaporizador (onde o líquido contido no cartucho se transforma em vapor), uma bateria (que fornece energia para produzir o vapor) e uma luz indicadora (que simula o “aceso” de um cigarro tradicional). Os cigarros electrónicos apresentam vários aromas e sabores (coca-cola, mojito, tabaco, café, frutos, mentol, etc.). Quando a nicotina é colocada no cartucho, esta é convertida em vapor, após ser diluída em diferentes líquidos, como por exemplo o propilenoglicol, glicerina, formaldeído, acetoldeído e acroleína.

- Quais os riscos para a saúde?

O uso do cigarro electrónico pode constituir um retrocesso, no sentido que está a tornar o tabagismo um comportamento da “moda” prejudicando o resultado do trabalho de consciencialização sobre os malefícios do cigarro para a Saúde.

Diversas investigações, acerca dos malefícios do cigarro electrónico, concluíram que o vapor produzido pelos diferentes líquidos contém agentes cancerígenos, e que a quantidade de formaldeído é 10 vezes superior ao existente no fumo dos cigarros convencionais. Outra substância nociva encontrada foi a acroleína, uma molécula tóxica por inalação e por ingestão.

Segundo um relatório elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), existem estudos e provas suficientes para se fazer uma advertência quanto ao uso do cigarro electrónico por parte das crianças, adolescentes e grávidas. Neste sentido, a OMS sugeriu um controlo maior na sua comercialização.

A Sociedade Portuguesa de Pneumologia (SPP) tem vindo a alertar para os perigos do cigarro electrónico e para a incidência que este pode ter nas doenças respiratórias. Como não existe ainda regulamentação para o cigarro electrónico é frequente que, por existirem aparelhos de má qualidade, estes provoquem nos utilizadores sintomas como dores de garganta, falta de ar e até queimaduras graves.

- É uma alternativa a deixar de fumar?

O cigarro electrónico por vezes é promovido e comercializado como um produto para deixar de fumar, e também como uma alternativa mais saudável e mais barata para os fumadores. Segundo os especialistas, o aparelho não é indicado como uma forma eficaz de cessar o tabagismo. Pelo contrário, os fumadores de cigarros electrónicos continuam tão viciados quanto antes, mantendo os comportamentos associados ao uso do cigarro. Desta forma, o cigarro electrónico substitui o fumo clássico, não o elimina.

Mónica Melim

Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM  
Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências

# Comissão Permanente assegura Assembleia



A Assembleia Legislativa da Madeira irá funcionar apenas com a Comissão Permanente.

Após a proclamação da dissolução da Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) pelo Presidente da República, o funcionamento da ALM será assegurado pela Comissão Permanente e não se realizarão plenários, disse ontem o vice-presidente do parlamento regional.

“Não haverá plenários e a comissão [permanente] reunirá semanalmente, desde que haja matérias para dar parecer, e será presidida por um dos vice-presidentes da assembleia”, explicou Paulo Fontes após a reunião da conferência de líderes do parlamento madeirense.

No âmbito do processo interno no PSD/Madeira – eleições internas e aclamação do novo líder – o presidente do Governo Regional, Al-

berto João Jardim, apresentou a 12 de janeiro, ao representante da República o pedido de exoneração do cargo, desencadeando o cenário de realização de eleições legislativas

**PAULO FONTES EXPLICOU, ONTEM, APÓS A REUNIÃO DE LÍDERES QUE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA IRÁ FUNCIONAR APENAS COM A COMISSÃO PERMANENTE, COMPOSTA PELOS REPRESENTANTES DOS PARTIDOS COM ASSENTO PARLAMENTAR.**

antecipadas no arquipélago.

O Presidente da República ouviu, na passada semana, os partidos com assento no parlamento da Madeira que indicaram a realização desse sufrágio a 29 de março, à exceção do PCP, que disse preferir uma data mais próxima do 25 de abril. Cavaco Silva convocou depois uma reunião do Conselho de Estado que, na segunda-feira, deu por unanimidade parecer favorável à dissolução da Assembleia Legislativa da Madeira, o último passo necessário para a realização de eleições regionais antecipadas.

Se o Presidente da República tiver em conta a preferência dos partidos, terá de dissolver a Assembleia Legislativa da Madeira esta semana.

## Sindicato de Hotelaria contra 1% de aumento

Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares da Região Autónoma da Madeira garantiu ontem que vai intensificar a luta por melhores salários no setor de similares da hotelaria, restauração, bares e cafés, depois de as entidades patronais terem avançado com uma proposta de aumento de 1%.

Em comunicado, aquela estrutura sindical refere que aos trabalhadores deste setor «não resta outra solução que não seja o caminho da luta», face a «esta postura adotada pelas entidades pa-



Trabalhadores contra 1% de aumento.

tronais de ignorar os legítimos anseios dos trabalhadores».

Reunidos em plenário, os trabalhadores contestaram a proposta

avancada pela Mesa dos Similares da ACIF e mandataram o sindicato para solicitar a respetiva conciliação e desenvolver ações de protesto junto aos estabelecimentos pertencentes aos responsáveis pela comissão negociadora patronal.

O documento assinado por Adolfo Freitas recorda que «os trabalhadores têm sido roubados durante estes anos», designadamente com «a redução dos feriados e o não pagamento dos mesmos, bem como com a redução do pagamento do trabalho suplementar e o agravamento do custo de vida».